



Nova School of Business and Economics
Faculdade de Economia
Universidade Nova de Lisboa
Campus de Campolide - 1099-032 Lisboa - Portugal
T. +351 213 801 600
www.novasbe.pt



MARIA EUGÉNIA MATA: *The Portuguese Escudo Monetary Zone: Its impact in Colonial and Post-Colonial Africa*

BANCO DE Portugal, 14-10-2020
Maria Eugénia Mata

A FILOSOFIA POLÍTICA DA CRIAÇÃO DO ESPAÇO ECONÓMICO PORTUGUÊS E DA ZME

A Constituição Portuguesa declarava o preceito da integração económica “da Nação”:

a finalidade de supressão dos direitos aduaneiros no comércio de mercadorias dentro do território sob administração Portuguesa

José Correia de Oliveira, 1961

A participação de Portugal no GATT:

- a extensão da cláusula de nação mais favorecida a todos os parceiros comerciais
- A possibilidade de se ter negociado a entrada Portuguesa no GATT “sob a condição de os países membros aceitarem a consolidação do nosso actual sistema preferencial”

UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA E INDUSTRIAL EM TRAMPOLIM

A metrópole pertencia também à AECL (EFTA):

- Do ponto de vista político os laços eram maiores com o império do que com os parceiros Europeus
- A integração política necessária a uma autêntica integração económica, no caso da Europa era simples aspiração a realizar, no final de um longo processo de evolução...
- ...A integração política com o ultramar era ponto de partida!

A decisão de só a metrópole pertencer à AECL “foi tomada apenas e só em defesa do desenvolvimento económico do ultramar”:

1- as suas exportações (matéria-primas, bens alimentares) já não pagavam direitos de importação na AECL

2- a importação de bens da AECL sem direitos aduaneiros traria “as mais sérias dificuldades” à sua industrialização

Portugal na EFTA e na zona de comércio livre com o Ultramar:

- 1- Evitava-se a criação de uma nova burocracia (serviços centrais de economia, finanças e obras públicas eram da metrópole e do ultramar.
- 2- Vantagem de a integração económica com o ultramar seguir “uma política global definida em função dos interesses comuns ao todo nacional”

O objetivo era a construção de um único e grande mercado nacional:

- redução das receitas aduaneiras
 - a exposição ao comércio concorrencial
 - Com Planeamento Indicativo, PLANOS REGIONAIS DE FOMENTO, para dificuldades de adaptação à concorrência (regional e internacional)
- = “Aceleração do desenvolvimento nas regiões menos evoluídas”

Escala: 23 milhões de habitantes e 2 180 000 km²

A pequenez do território da metrópole completava-se com a extensão dos territórios em África ...

... Com a vantagem da diversidade climática,

Vantagens comparativas: produções temperadas e tropicais.

A pobreza mineira do subsolo metropolitano podia superar-se com a riqueza mineira e a diversidade dos territórios ultramarinos.

ESTRATÉGIA: consolidar “a unidade política da Nação”: possível participação

FUTURA de todo o território nacional na EFTA

O projeto no Banco de Portugal:

A EBHA 2017 Lisbon Conference: *MONEY IN AFRICA*

THE TRANSITION OF THE MONETARY AND FINANCIAL SYSTEMS OF THE PORTUGUESE-SPEAKING AFRICAN COUNTRIES: FROM COLONIAL TO POST-COLONIAL TIME

A ZONA MONETÁRIA DO ESCUDO SIGNIFICADO DAS FONTES NO AHBP: O enquadramento internacional conta

História comparativa Internacional (sobre o nascimento de novas moedas e Sistema monetários nas regiões coloniais agora independentes).

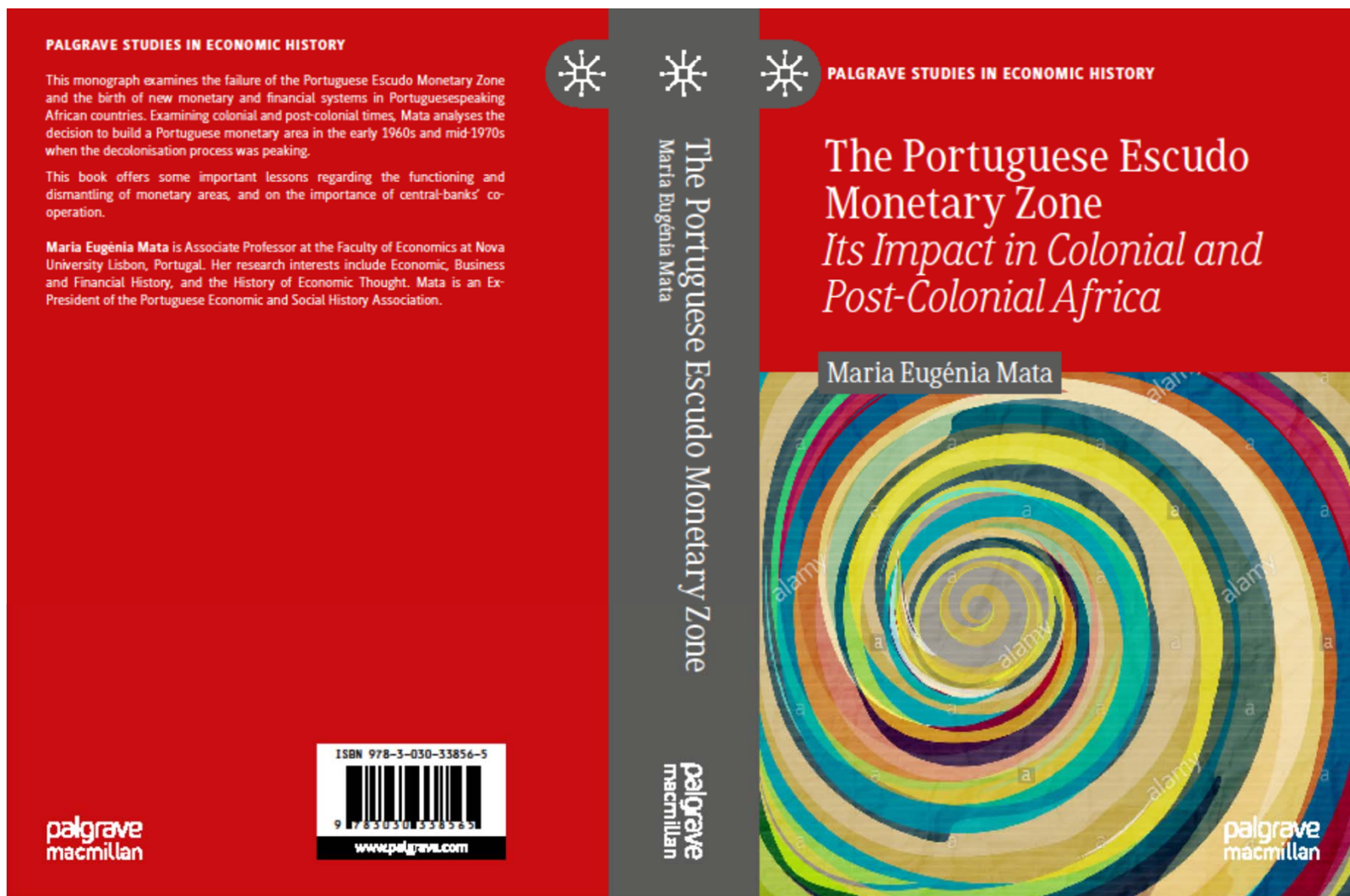
IMPÉRIOS E ÁREAS MONETÁRIAS: A ZONA DO ESTERLINO, A ZONA DO FRANCO, A ZONA DO ESCUDO

UMA DATABASE da ZME c/ colaboração de Mário Roldão

(2017) "Entropy Analysis of Monetary Unions", *Entropy*, 19 (6), 245; (co-author: José Tenreiro Machado) doi:[10.3390/e19060245](https://doi.org/10.3390/e19060245).

[file:///C:/Users/mmata/Downloads/entropy-19-00245-v2%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/mmata/Downloads/entropy-19-00245-v2%20(5).pdf)

2021, "Portuguese economic space, 1960s", *African Studies Review*, Special Issue *Transnational money and the formation of economies and states in Africa, 1870s-1960s*, (editors: Gerold Krozewski and Tinashe Nyamunda), Forthcoming.



AGRADECIMENTOS:

BANCO DE PORTUGAL, e ao Sr. **GOVERNADOR** Carlos Costa, Administradores,
Dr. António Agostinho, Dr. Luís Saramago

Prof Maximiano Pinheiro e Doutora Maria João Azevedo
AHBP e sua equipa, aqui presente

ACMF: Dr^a Ana Gaspar, Dr. J. Sabino

ANTT: O ARQUIVO Joaquim da Silva Cunha; O ARQUIVO SLAZAR (PIDE)

O AH Alfândegas

Instituto Camões

O AH CGD-BNU

O AHU

- Cabo Verde: João Estevão

- S. Tomé e Príncipe

- Moçambique: A Universidade Eduardo Mondlane

AH EURONEXT: JRC, DJ.

Prof João Ferreira do Amaral, Dr. Robin Andrade

NovaSBE, Centro de Investigação e Professores (LCC, LCN, JBM, APB, JT)

ZME: um mecanismo de pagamentos inter-regionais com cobertura (imediata ou correção futura) de todas as situações deficitárias de cada região.

Hipótese de **deficits de algum(as) região(ões)**:

- Se resultassem “de um excesso de aquisição de bens supérfluos”, seriam corrigidos através de restrições à importação.
- Se se tratasse de aquisições de equipamento, então seriam pagos pelo financiamento ao desenvolvimento regional: BFN, BIRD. (Oliveira, 1961: XXII).
- **OBJETIVO: uma moeda única em todo o território português**
- sem equilíbrio de crescimento harmónico entre as regiões, a moeda única facilitaria a propagação, a outras, dos efeitos de desequilíbrios económicos (...) que seriam mais fácil e prontamente dominados quando se pudesse circunscrevê-los a essa mesma região

O BANCO DE PORTUGAL, Banco Central da ZME:
sistema de *clearing* multilateral acompanhado de um fundo
cambial comum: A experiência da União Europeia de
Pagamentos (UEP) e do Acordo Monetário Europeu (AME).

ANCORAGEM pela adesão ao BIRD e FMI e **Prazos** no espaço ZME:

- Imediata livre circulação de L e K
- Harmonização fiscal e salarial
- Harmonização do condicionamento industrial
- Harmonização da política monetária e de crédito no espaço ZME
- fim dos direitos alfandegários sobre os produtos idos da metrópole DE ORIGEM NACIONAL, no fim de dois planos de fomento
- em 2 anos a metrópole deixaria de onerar com tarifas os produtos vindos do ultramar

COMPLEXIDADE DA ZME E SEU FRACASSO:

- existência de **economias de subsistência e de economias de mercado**
- **BUROCRACIA**: Todas as transações estavam sujeitas a registo prévio para que fossem autorizadas
- Liquidação fazia-se pela movimentação de *contas de compensação* expressas nas moedas ultramarinas entre os bancos emissores
- Fundos Cambiais centralizavam todas as transações, província a província, tendo por agentes os bancos emissores respetivos
- Só os saldos das contas de cada província eram convertidos de moedas ultramarinas para escudos metropolitanos e lançados nas contas de reserva de cada território.
- Em caso de escassez nas contas de reserva, haveria recurso a **empréstimos do FMZE** às províncias em necessidade (tal como acontecia com o FMUEP, ou com o FMI). **SEU ESGOTAMENTO POR ANGOLA E MOÇAMBIQUE**
- O FMZE, dividido em **quotas** subscritas pelo Estado e Bancos emissores ultramarinos
- **canalização do ouro e moedas estrangeiras** que o ultramar obtivesse por relacionamento com o exterior, para o BP, como agente da ZME: eram crédito do fundo cambial de cada região

DESCOLONIZAÇÃO

A cooperação com os Bancos Nacionais nascidos das agências do BNU:
TREINO BANCÁRIO EM LISBOA, BOLSAS, ENVIO DE TÉCNICOS

ACORDO DE ARRANJO MONETÁRIO C/ a Guiné-BISSAU

PASTAS UTAM: Relatórios e Correspondência

A COOPERAÇÃO COM OS PALOP, incluindo CONTACTOS COM O
FMI e o BANCO MUNDIAL

A COOPERAÇÃO com CRITÉRIOS DA CEE e OCDE. CONSENSOS
(setores, montantes de crédito, ajuda internacional, taxas de juro, prazos)

- **Independências (Cabo Verde, Guiné 1974, S. Tomé and Príncipe, Angola, Moçambique). Acordos com os PALOPs (textos originais). Departamento de Estrangeiro.**
- **ACORDOS DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA**
- **ACORDOS DE CRÉDITO (à exportação) COM OS PALOP**

PASTAS DO INSTITUTO DE COOPPERAÇÃO ECONÓMICA

A Cooperação Bilateral com PALOPs e Timor Leste 1999-2000

O ACORDO MONETÁRIO com S. Tomé e Príncipe: Luís Campos Cunha

A TRANSIÇÃO PARA O NASCIMENTOS DAS NOVAS UNIDADES MONETÁRIAS

Cooperação sobre o **EVERGREEN CRUDE**
DDL (1988-99): Correspondência

Cooperação Bilateral com Timor Leste (1999-2000):
Lisboa e MESAS REDONDAS)

MUITO OBRIGADA!